



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 06/2017

Período: 11/03/2017 – 17/03/2017

GEDES - UNESP

- 1- Jogadoras militares disputaram campeonato brasileiro
- 2- Periódico destacou ocupação de cargos dos Ministérios Defesa e da Justiça por militares
- 3- Tráfico amazônico evidenciou insuficiências na atuação de forças de segurança brasileiras
- 4- Porta-aviões São Paulo será desativado em três anos
- 5- Editorial destacou o repasse de verbas às Forças Armadas
- 6- Brasil ambiciona liderança de uma missão de paz após deixar o Haiti
- 7- Militares sugeriram mudanças em seu plano de aposentadoria
- 8- Superior Tribunal Federal determinou que Superior Tribunal Militar liberasse arquivos do período do regime militar para advogado

1- Jogadoras militares disputaram campeonato brasileiro

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a Marinha do Brasil e o Clube de Regatas do Flamengo montaram uma equipe composta por militares para a disputa do Campeonato Brasileiro de futebol feminino. O clube ainda é responsável por ceder seu uniforme que carrega o brasão da Marinha. (Folha de S. Paulo – Esporte – 11/03/17)

2- Periódico destacou ocupação de cargos dos Ministérios Defesa e da Justiça por militares

Reportagens do periódico *Correio Braziliense* destacaram a ocupação de cargos das pastas da Defesa e da Justiça por militares das Forças Armadas brasileiras. Segundo o *Correio*, 912 servidores do Ministério da Defesa são militares, o que corresponde a 64% do total de funcionários da pasta. No Ministério da Justiça, cargos estratégicos, como o da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a assessoria do ministro da Justiça e a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, são ocupadas por membros das Forças Armadas. O periódico destacou a orientação da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END) em alocar civis para os cargos decisórios e, neste sentido, expressou a preocupação de especialistas sobre a ausência de uma carreira civil na área da Defesa. Segundo Vera Lúcia Vieira, coordenadora do Centro de Estudos de História de América Latina da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), a presença de militares em espaços de poder é comum em momentos de crise financeira e política: “isso é a tônica da história do Brasil.

Os governantes transformam o aumento por demandas sociais como algo ameaçador ao estado de ordem. Isso cria um receio de que se perca o controle e, aí, as Forças Armadas são acionadas”, afirmou. Isabel Figueiredo, consultora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, destacou a recorrência do emprego das Forças Armadas em crises de segurança pública: “está chamando a atenção o crescimento dos espaços tomados. Tem um alerta vermelho. Desde a redemocratização, tínhamos conseguido avançar em uma segurança equilibrada entre prevenção e repressão. Agora, há um risco de que se jogue fora tudo porque a dinâmica militar é do combate. Não é uma força de intervenção que vai para o diálogo”. No entanto, o comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, afirmou que o emprego das Forças Armadas é pontual e decorre da deterioração das estruturas de segurança estaduais: “nossa preocupação é que essa participação seja restrita e delimitada no tempo e no espaço, com tarefas estabelecidas e sempre com o entendimento de que não substituímos a polícia”. (Correio Braziliense – Política – 12/03/17)

3- Tráfico amazônico evidenciou insuficiências na atuação de forças de segurança brasileiras

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, equipes brasileiras de segurança reconheceram sua insuficiência frente às atividades de tráfico na região amazônica. O principal ponto de fiscalização no rio Solimões é operacionalizado por uma equipe composta por policiais militares, civis, federais e soldados do Exército. Segundo a *Folha*, a base estática é facilmente contornada pelos braços de rios. Além disso, a presença da base brasileira deslocou as rotas das atividades criminosas para outros rios, com destaque para o rio Içá. Além do narcotráfico, o periódico destacou o contrabando de madeira pelas fronteiras amazônicas. As rotas seguem o percurso contrário ao do narcotráfico: a madeira é extraída no Brasil e levada pelos cursos de água ao Peru. No mês de fevereiro, o Exército brasileiro realizou a apreensão de 1.432 toras de madeira na fronteira com o Peru. O periódico ainda destacou a ausência de cooperação com as autoridades do país vizinho na fiscalização das rotas de contrabando. (Folha de S. Paulo – Cotidiano – 12/03/17)

4- Porta-aviões São Paulo será desativado em três anos

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, o porta-aviões São Paulo, da Marinha, será sucateado em três anos. De acordo com o jornal, o navio foi comprado em 2000 da França pelo preço simbólico de US\$ 12 milhões (pouco menos de R\$ 24 milhões no câmbio da época), quando já possuía cerca de 37 anos de uso. A *Folha* lembrou que o São Paulo é o único porta-aviões do Hemisfério Sul, e que, além do Brasil, apenas cinco países operam esse tipo de navio, capaz de lançar e receber aparelhos de asa fixa, além de helicópteros. Segundo a Marinha, 17 anos após a compra, o São Paulo consumiu R\$ 287 milhões em operação e reparos. Atualmente, o porta-aviões está na cidade do Rio de Janeiro e, em junho de 2017, iniciará um processo de realocamento de seus 1.920 tripulantes e sistemas de bordo reaproveitáveis. (Folha de S. Paulo – Poder – 13/03/2017)

5- Editorial destacou o repasse de verbas às Forças Armadas

Um editorial publicado pelo periódico *Folha de S. Paulo* afirmou que as Forças Armadas visam a ampliação orçamentária para a modernização de seus

equipamentos, visto que, segundo o Ministro da Defesa, Raul Jungmann, o valor investido atualmente está demasiado aquém do adequado e dos padrões internacionais. Atualmente, a pasta representa 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em seus gastos totais, sendo o quarto maior repasse dentre os Ministérios. De acordo com o jornal, o orçamento direcionado a compras, fabricação ou desenvolvimento de aeronaves, submarinos e blindados resultaram em R\$ 12 bilhões no ano de 2014, seguidos por corte orçamentário no ano seguinte e, finalmente, R\$ 9 bilhões no ano de 2016. Grande parte desses investimentos é produto de contratos internacionais de compra ou cooperação firmados pelo governo brasileiro. Não havendo, até o momento, a necessidade de se preparar para eventuais contenciosos, a coluna considerou os empreendimentos “razoáveis para as imprescindíveis atividades de inteligência e vigilância de fronteiras e do espaço aéreo”. No entanto, classificou como injusto o isolamento dos militares da reforma previdenciária e, tendo igualmente em vista a ausência de quaisquer mudanças “das generosas pensões” da categoria, concluiu que o presidente Michel Temer pretende manter a “boa vizinhança” com as Forças Armadas. A *Folha* lembrou alguns programas do Ministério, como a construção de submarinos convencionais e nuclear da Marinha e a construção do estaleiro na cidade de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro, assim como a fabricação do cargueiro e avião-tanque KC-390, da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer). Por fim, o periódico destacou os problemas relativos aos programas citados, como o recebimento, no ano de 2015, de apenas R\$ 35 milhões dos R\$ 294 milhões planejados para a construção dos submarinos e o fato de que estaleiro está sendo construído pela Odebrecht, empresa de engenharia citada na Operação Lava Jato, que investiga crimes de corrupção. Em relação à Força Aérea, a construção do avião-tanque recebeu pouco mais de 10% do previsto em 2015 e sofreu atrasos em seu cronograma, mas em 2016 obteve quase o dobro da verba inicial: R\$ 816 milhões. (Folha de S. Paulo – Poder – 13/03/2017; Folha de S. Paulo – Opinião – 14/03/2017)

6- Brasil ambiciona liderança de uma missão de paz após deixar o Haiti

Conforme publicado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, o Brasil pretende negociar a liderança de uma missão de paz com a Organização das Nações Unidas (ONU) tão logo suas tropas deixem o Haiti, onde encontram-se à frente das forças de estabilização desde 2004. O Brasil já comanda o destacamento naval da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL) e teve, entre 2013 e 2015, o general Carlos Alberto dos Santos Cruz como comandante local da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo (MONUSCO). Na costa ocidental africana, o governo brasileiro interessa-se pelas missões na Libéria e na Costa do Marfim, atualmente sob comando respectivo de nigerianos e franceses. Segundo Raul Jungmann, ministro da Defesa, tais alternativas são estudadas enquanto se aguarda o cronograma de desmobilização da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), previsto para os meses de abril ou maio. A expectativa é de que a maior parte do contingente retorne ainda em outubro de 2017 ou, no mais tardar, no início de 2018. Ainda de acordo com a *Folha*, a experiência de comando multinacional de patrulhamento em áreas urbanas haitianas pelas tropas brasileiras auxiliou na capacitação das Forças Armadas para as operações ocorridas nos estados do Rio de Janeiro e no Espírito Santo entre os meses de fevereiro e março de 2017. (Folha de S. Paulo – Mundo – 14/03/2017)

7- Militares sugeriram mudanças em seu plano de aposentadoria

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a cúpula das Forças Armadas deverá enviar ao governo uma proposta de aumento da idade de aposentadoria entre 55 e 70 anos em troca da manutenção dos benefícios de pensão. O tempo de contribuição aumentaria em 11 anos para graduações mais baixas e 4 anos para graduações mais altas. Atualmente, os militares contribuem com 7,5% para o financiamento da própria aposentadoria, enquanto os servidores civis contribuem com 11%. Diante da declaração do presidente da República, Michel Temer, de isentar a categoria da reforma da Previdência, mas tencionando mudanças no regime, os militares rejeitam o aumento na quota, mas aceitam flexibilizar seus termos de negociação com o governo. (Folha de S. Paulo – Mercado – 14/03/2017)

8- Superior Tribunal Federal determinou que Superior Tribunal Militar liberasse arquivos do período do regime militar para advogado

De acordo com os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, o Superior Tribunal Federal (STF) determinou que arquivos de julgamentos de presos políticos durante o regime militar (1964-1985) sejam liberados pelo Superior Tribunal Militar (STM). A determinação do STF atendeu ao pedido feito pelo advogado Fernando Fernandes para obter total acesso aos depoimentos, aos votos e às sentenças emitidas por ministros militares durante julgamentos de presos políticos realizadas na década de 1970 no STM. Segundo o STF, a não divulgação das informações desrespeita decisão tomada pelo órgão no ano de 2006 sobre o livre acesso a julgamentos ocorridos durante o regime militar. De acordo com o *Correio*, o presidente do STM, ministro José Coelho Ferreira, empossado no dia 16/03/17, classificou a decisão como “equivocada” e afirmou que “não há que se falar em arquivo secreto. Não há que se falar que tenhamos nada a esconder. Estão liberados. Deve ter havido algum equívoco na forma de pedir ou na análise. Não creio que seja uma política nossa”. (*Correio Braziliense* – Brasil – 17/03/17; *Folha de S. Paulo* – Poder – 17/03/17; *O Estado de S. Paulo* – Política – 17/03/17).

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Supervisor, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Fabiane Serrão Cortes Oliveira

(Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Fernanda Portela Lopes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Supervisora, graduanda em Relações Internacionais); Guilherme Coscrato Rasquini (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Gustavo Henrique Gonçalves Ferreira (Redator, graduando em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Leonardo Dias de Paula (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista FAPESP); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Sophia Teixeira e Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais).